



Anais da Assembléia

Nº 236

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 18 DE DEZEMBRO DE 1997.

ANO XXIII

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY
Presidente - PTB

LUIZ CARLOS ZUK
1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN
2º Vice-Presidente - PP

LUIZ CLAUDIO ROMANELLI
3º Vice-Presidente - PMDB

LUIZ CARLOS MARTINS
1º Secretário - PDT

NELSON GARCIA
2º Secretário - PFL

ANTONIO ANNIBELLI
3º Secretário - PSDB

IRONDI PUGLIESI
4º Secretária - PPB

ANGELO VANHONI
5º Secretário - PT

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Governo	Deputado Valdir Rossoni
PFL	Deputado Plauto Miró
PTB	Deputado Ademar Traiano
PMDB	Deputado Orlando Pessuti
PPB	Deputado Augustinho Zucchi
PT	Deputado Péricles H. de Mello
PDT	Deputado Edgar Bueno
PL	Deputado Horticó Rodrigues
PSN	Deputado Emerson Nerone
PSDB	

Representação Partidária

PFL - 18: Anibal Khury - Bastião Zarusso - Cleiton Cristóvão - Durval Amaral - Edno Guimarães - Eduardo Trevisan - Élio Rusch - Geraldo Cartório - Hidekazu Takayama - Jíllo Ando - Luiz Carlos Alborghetti - Luiz Carlos Martins - Marquinhos Alves - Milton Puppio - Nelson Garcia - Nelson Tureck - Plauto Miró Guimarães - Remy Borsatto - Walmar Trentini; PTB - 11: Ademar Traiano - Albanor Gomes - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Joel Coimbra - José Tavares - Luiz Accorsi - Ricardo Chab - Valdir Rossoni; PMDB - 08: Antonio Annibelli - Caio Quintana - Luiz Claudio Romanelli - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Renato Adur - Sâmis da Silva - Toti Colaco; PPB - 07: Augustinho Zucchi - César Seleme - Duffio Genari - Edson Silva Lino - Irondi Pugliesi - João Techy Filho - Neivo Beraldin; PT - 04: Angelo Vanhoni - Florisvaldo Fier - Irineu Colombo - Péricles Mello; PDT - 02: Edgar Bueno, Luiz Carlos Zuk; PSDB - 02: José Maria Ferreira - Sérgio Spada; PL - 01: Horticó Rodrigues; PSN - 01: Emerson Nerone.

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
13ª LEGISLATURA
ATA DA 004ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA
DO PERÍODO EXTRAORDINÁRIO
REALIZADA EM 18 DE DEZEMBRO DE 1997**

(QUINTA-FEIRA)

Presidência do Sr. Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Srs. Deputados Luiz Carlos Martins e Luiz Carlos Alborghetti.

As quinze horas, registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Antonio Annibelli, Irondi Pugliesi, Ângelo Vannoni, Ademar Traiano, Albanor Gomes, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Beto Richa, Caíto Quintana, Carlos Simões, César Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edno Guimarães, Edson Lino, Eduardo Trevisan, Élio Rusch, Emerson Nerone, Doutor Rosinha, Geraldo Cartário, Hidekazu Takayama, Horácio Rodrigues, Irineu Colombo, João Techy, Joel Coimbra, José Maria Ferreira, José Tavares, Júlio Ando, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Marquinhos Alves, Miltinho Puppio, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Reny Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Walmor Trentini (54).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede a leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede a leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 3327

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, e com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4º, do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário,

dispensa de discussão e votação da redação final aos projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 18.12.97.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 3330

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a retirada, por um dia, dos Projetos de Lei nºs 740/97 e 741/97, itens 05 e 06, constantes da Ordem do Dia da presente Sessão.

Sala das Sessões, em 18.12.97.

(a) PÉRICLES MELLO

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Esta encerrada a Hora do Expediente. Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

ITEM 01

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 026/97, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, que autoriza o Poder Executivo, através do Instituto Ambiental do Paraná - IAP, alienar a Edu Kruger, conforme especifica, o imóvel denominado Campina dos Freitas, situado no Município de Pitanga. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 027/97, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, que autoriza o Poder Executivo, através do Instituto Ambiental do Paraná - IAP, alienar a Israel do Prado, o lote nº 02, do imóvel denominado Gamelão, com área de 106,0115 HA., situado no Município de Pitanga. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 03

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 738/97, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 120/97, que dispõe quanto ao Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e

de Comunicação - ICMS. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.F.. **Aprovado.**

PROJETO DE LEI Nº 738/97
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - O inciso III, do art. 65, da Lei nº 11.580, de 14 de novembro de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

"III - somente darão direito de crédito as mercadorias destinadas ao uso ou consumo do estabelecimento, nele entradas a partir de 1º de janeiro de 2000".

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, surtindo efeitos a partir de 01.01.98.

Sala das Sessões, em 17.12.97.

(a) PODER EXECUTIVO

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 738/97

P A R E C E R:

O projeto de lei apresentado a exame desta Comissão, objetiva alterar a Lei nº 11.580/96, que dispõe sobre o ICMS, para prorrogar o prazo de admissibilidade da utilização do crédito de ICMS relativo à aquisição de bens de uso e o consumo.

A medida é necessária, haja vista que a Lei Complementar 87/96 (Lei Kandir), que em seu art. 33, inciso I, autorizava, a partir de 1º de janeiro de 1998, o creditamento do ICMS pelas entradas de bens de uso e consumo, sofreu alteração por deliberação do Plenário da Câmara Federal, postergando os efeitos do referido dispositivo para 1º de janeiro de 2.000.

Portanto, a Lei Orgânica do ICMS deverá, necessariamente, ser alterada, acompanhando a Lei Complementar e desta forma preservando a sua harmonia com o Sistema Constitucional Tributário.

Ante o exposto e, considerando ainda, que a proposição atende também as normas regimentais desta Casa, é favorável o parecer desta Comissão e Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, em 18.12.97.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

GERALDO CARTÁRIO - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI Nº 738/97

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 120/97, objetiva dar nova redação ao inciso III, do artigo 65 da Lei

nº 11.850, de 14/11/96, que dispõe quanto ao Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS.

Sobre a matéria existe o pronunciamento favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça.

Chamada a opinar, esta Comissão de Finanças, de acordo com o § 3º, do art. 33, do Regimento Interno, desta Casa, observamos que o objetivo de tal propositura é adequar a legislação estadual à legislação federal.

Sendo assim, nada encontramos que impeça sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa de Leis. Desta forma, emitimos nosso parecer favorável, opinando-se pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 18.12.97.

(aa) ALBANOR GOMES - Presidente

ÉLIO RUSCH - Relator

ITEM 04

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 739/97, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 121/97, que autoriza o Poder Executivo a implantar, conforme específica, Sistema de Transferência ao Tesouro do Estado de saldos financeiros disponíveis em fundos e órgãos da Administração Indireta do Estado. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.F.. **Aprovado.**

PROJETO DE LEI Nº 739/97

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Todos os órgão da Administração Indireta do Estado, exceto as Universidades Estaduais, deverão recolher ao Tesouro Geral do Estado, até 90% (noventa por cento) do saldo financeiro disponível - Ativo Financeiro menos Passivo Financeiro - exclusiva os recursos de aplicação vinculada, verificados no balancete encerrado no último dia útil de cada mês do exercício de 1997.

Art. 2º - As disponibilidades dos fundos, excluídos o Fundo de Desenvolvimento Econômico - FDE e o Fundo de Desenvolvimento Urbano - FDU, junto ao Tesouro, existentes e não comprometidas em 31 de dezembro de 1997, provenientes de receitas a eles vinculadas, ficam convertidas em fonte 00 - Ordinário não vinculados e transferidas definitivamente ao Tesouro Geral do Estado.

Parágrafo Único - A partir do exercício financeiro de 1998, os fun-

dos de que trata o "caput" deste artigo, deverão aplicar em Despesas Correntes, até 50% dos recursos arrecadados, contabilidade própria e seus recursos depositados em conta do Tesouro Geral do Estado, junto ao banco do Estado do Paraná S/A.

Art. 3º - Fica o Poder Executivo autorizado a:

I - estabelecer o percentual e o prazo para recolhimento ao Tesouro Geral do Estado, bem como o montante do numerário mencionado no art. 1º desta lei, conforme definido pela Secretaria de Estado da Fazenda;

II - abrir créditos adicionais, nos orçamentos dos exercícios de 1997 e 1998, necessários à implementação do estabelecido nos artigos 1º e 2º, utilizando como recursos o disposto no art. 43, § 1º, incisos I, II e III da Lei Federal nº 4320, de 17 de março de 1964.

Art. 4º - Os recursos de que trata o art. 1º da Lei nº 10.898, de 22 de agosto de 1994, poderão atender também despesas da Secretaria de Estado da Fazenda.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18.12.97.

(a) PODER EXECUTIVO

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 739/97

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, oriundo do Poder Executivo, tem por objetivo autorizar o mesmo a implantar, conforme específica, sistema de transferência do Tesouro do Estado de saldos financeiros disponíveis em fundos e órgãos da Administração Indireta do Estado.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade, constitucionalidade e técnica legislativa, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação, vez que tal matéria justifica-se pela necessidade de dotar a Administração Estadual de um sistema de vasos comunicantes de recursos financeiros disponíveis em determinadas ocasiões, pelos fundos e unidades da administração indireta, passíveis de serem transferidos ao Tesouro Estadual, sem prejuízo dos programas desenvolvidos pelas unidades quando de eventuais necessidades de recursos adicionais pelo mesmo, limitando em até 90% do saldo financeiro.

Assim sendo, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 18.12.97.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

BASÍLIO ZANUSSO - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI Nº 739/97

P A R E C E R:

O presente plano de lei, oriundo do Poder Executivo, através da Mensagem nº 121/97, objetiva autorizar o Poder Executivo a implantar, conforme específica, sistema de transferência ao Tesouro do Estado, de saldos financeiros disponíveis em fundos e órgãos da administração indireta do Estado.

Sobre a matéria, constatamos existir o parecer favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça.

Chamada a opinar, esta Comissão de Finanças, conforme preceitua o § 3º do art. 33, do Regimento Interno desta Casa, constata que tal propositura esta devidamente justificada e entendemos não existir nada que possa impedir seu normal prosseguimento pelos demais órgãos.

Sendo assim, manifestamos nosso parecer favorável, opinando-se pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 18.12.97.

(aa) EDNO GUIMARÃES - Presidente

ÉLIO RUSCH - Relator

ITEM 05

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 740/97, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 122/97, que autoriza o Poder Executivo a vender, dar caução e/ou oferecer como garantia de operações de crédito, financiamento e operações de qualquer natureza, ações que detém da Companhia de Saneamento do Paraná, nos limites e condições que específica. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.F..

PROJETO DE LEI Nº 740/97

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado, nos termos desta lei, a vender, dar em caução e/ou oferecer como garantia de operações de crédito, financiamentos e operações de qualquer natureza, ações que detém na Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, observados os seguintes limites:

I - até a totalidade das ações emitidas em nome do Estado do Paraná, devendo deter sempre no mínimo 51% (cinquenta e um por cento) do total de ações ordinárias;

II - até a totalidade das ações, emitidas em nome do Fundo de Desenvolvimento Econômico - FDE.

Art. 2º - Na utilização dos recursos obtidos com a venda de que trata o art. 1º desta lei, deverão ser observadas as seguintes condições de forma isolada ou cumulativa:

I - aplicações em atividades produtivas;

II - investimentos que gerem efetivo aumento da receita tributária para o Estado;

III - geração de empregos;

IV - atração de capitais para investimentos no Estado; ou

V - investimentos em infraestrutura.

§ 1º - Fica vedada a utilização de recursos oriundos desta lei, pelo Tesouro do Estado, na efetivação de despesas correntes, ressalvadas aquelas destinadas a atender as contrapartidas de programas especiais e ao incremento da produtividade dos serviços públicos essenciais nas áreas de saúde, segurança e educação.

§ 2º - Deverá o Executivo estadual incorporar ao relatório e ao Balanço Anual do Estado, dados que contenham, entre outras, as seguintes informações:

I - quantidade de ações vendidas;

II - percentagem de ações ordinárias em poder do Executivo Estadual;

III - montante e aplicação dos recursos gerados pelas vendas.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18.12.97.

(a) PODER EXECUTIVO

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 740/97

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, tem por objetivo autorizar o mesmo a vender, dar caução e/ou oferecer como garantia de operações de crédito, financiamento e operações de qualquer natureza, ações que detém na Companhia de Saneamento do Paraná, nos limites e condições que especifica.

Chamada esta Comissão a se manifestar, com relação ao aspecto legal, regimental e constitucional, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação, vez que os recursos obtidos com a venda de ações, serão utilizados na aplicação de atividades produtivas, investimentos que gerem efetivo aumento da receita tributária

para o Estado, geração de empregos, atração de capitais para investimentos no Estado, investimentos em infraestrutura.

Assim, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 18.12.97.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

VALDIR ROSSONI - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI Nº 740/97

P A R E C E R:

O presente plano de lei, de autoria do Poder Executivo, oriundo da Mensagem Governamental nº 122/97, que autoriza o Poder Executivo a vender, dar caução e/ou oferecer como garantia de operações de crédito, financiamento e operações de qualquer natureza, ações que detém na Companhia de Saneamento do Paraná, nos limites e condições que especifica.

Sobre a matéria já existe o pronunciamento favorável da Comissão de Constituição e Justiça.

Chamada a opinar, esta Comissão de Finanças, de acordo com o que preceitua o § 3º do art. 33 do Regimento Interno, conclui nada haver que possa impedir a normal tramitação desta proposição por esta Casa de Leis.

Diante do exposto, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 18.12.97.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

VALDIR ROSSONI - Relator

Em votação.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (Para Encaminhar) - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Tomei conhecimento pelos jornais, hoje pela manhã, e ainda há pouco Vossa Excelência me passou às mãos, o inteiro teor das mensagens que o Governo encaminhou a esta Casa. Creio que esta matéria que autoriza essa Mensagem nº 122/97, no Projeto de Lei nº 740/97 que autoriza o Governo a vender até 49% das ações ordinárias da SANEPAR, é absolutamente temerária, Sr. Presidente, porque senão, vejamos: a Companhia de Saneamento do Paraná, é uma Sociedade Anônima, de capital fechado. Não tem ações vendidas nas Bolsas de Valores.

O valor dessas ações tem sido feito através de leilões, que são feitos através das Bolsas de Mercadorias do Paraná, através da negociação que as corretoras que têm feito aquisição dessas ações junto às prefeituras especialmente, certamente não é possível

estabelecer valores mínimos ou razoáveis para a venda dessas ações e colocando em risco o controle de uma empresa, quando o Governo quer vender 49%. Mandar para cá, provavelmente, no final do ano que vem, mais uma mensagem vendendo mais 2% e a Companhia de Saneamento do Paraná passa a ser uma empresa privada, sem que se possa, na verdade, avaliar a extensão de tudo o que esta acontecendo.

Creio que esta Casa teria que, antes de votar essa matéria, avaliar as consequências dessa mensagem e da outra que já temos na sequência, que envolve o nosso Banco. O Banco do Estado do Paraná, que me parece, num primeiro momento, uma tentativa de salvar o banco da privatização, como quer o Banco Central, mas que certamente, é uma matéria complexa pela engenharia financeira que contempla a Mensagem 123.

Penso que esta Casa, antes de dar prosseguimento a esta votação em 1ª discussão, analisar, no caso concreto da SANEPAR, as implicações e constitucionalidade de se vender ações de uma empresa, sem que essas empresas sejam negociadas em Bolsas de Valores.

Esta Casa não tem conhecimento de quanto vale um lote de mil ações da SANEPAR, porque não são vendidas em Bolsas de Valores.

Creio que não poderíamos votar, admitir como legal essa autorização, porque não temos conhecimento do que envolve essa matéria, que, na minha avaliação, é extremamente complexa.

Por isso, quero fazer um apelo ao Líder do Governo, para que tiremos de pauta esta matéria, e que esta Casa vote, se for votar a matéria, ou a favor ou contra, mas vote sabendo o que e que está sendo votado, porque francamente - salvo se alguém puder me explicar o que está acontecendo - confesso que não consigo entender essa medida em relação à Companhia de Saneamento do Paraná. Como é que vai se processar a venda dessas ações, numa empresa de capital fechado. Como o Governo vai vender suas ações ou dá-las em garantia, e para quem? A que valor?

Era isso. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A

Mesa comunica aos Srs. Deputados que convidou o Secretário da Fazenda, Dr. Giovanni, para comparecer, nesta Casa, ainda hoje, agora. E o debate será livre, para que ele possa dar as explicações necessárias.

Para encaminhar, concedo a palavra ao Deputado Rosinha.

O SR. DR. ROSINHA - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Hoje chegamos na C.C.J., para debater a constitucionalidade de alguns projetos, entre os quais, este que ora estamos discutindo, que diz respeito à caução e/ou oferecer como garantia de operações de crédito as ações que detêm da Companhia de Saneamento do Paraná, a SANEPAR. Um projeto que deu entrada na data de hoje, dia 18 de dezembro. Na Comissão de Constituição e Justiça, todos os que lá estavam, não tinham condições de votar contra a constitucionalidade, porque não tinham conhecimento do projeto com profundidade.

A maneira, a rapidez com que começou a tramitar, é uma rapidez que não condiz com as necessidades parlamentares, com a necessidade que temos de conhecimento de causa, e dizer: isto é constitucional, voto favorável; ou, é inconstitucional, voto contrário. Com a mesma rapidez que foi aprovado lá, vem para o Plenário desta Casa.

Gostaria, com sinceridade, seja da oposição ou da situação, qual Deputado leu o projeto, na íntegra, e pode esclarecê-lo? Nenhum de nós! Nem este aqui, nenhum! Porque foi impossível, pelo tempo nos dado para o debate.

A SANEPAR é uma das grandes companhias estatais deste país. Uma companhia com relativa para boa eficiência e qualidade de seus serviços. Basta ver a qualidade de água consumida em nosso Estado ao longo da história da criação da SANEPAR.

Não é uma empresa deficitária. Pelo menos não se conhece esse histórico de empresa deficitária. É uma empresa com excelente corpo técnico, uma empresa salutar, portanto, é uma empresa que deve ser respeitada. E esse respeito a essa empresa merece com que todos nós Parlamentares, também sejamos respeitados na análise do projeto e do processo que está tramitando.

Diz-se que tudo que está tramitando em regime extraordinário, temos 48 para as comissões darem parecer. Essa comissão não teve nem um minuto. No dia que entrou, entrou para relatar!

Portanto, o Regimento Interno, está mais do que cumprido! É necessário que nós Parlamentares saibamos, em primeiro lugar, o que estamos votando.

Em nome da Bancada do Partido dos Trabalhadores, sou obrigado, se este projeto for colocado agora, como está, dizer que votamos contrário. Porque não foi possível analisar. Podemos es-

tar votando um projeto constitucional e dizer que é inconstitucional, por falta de análise.

O que peço ao Presidente desta Casa, em nome da Bancada do Partido dos Trabalhadores, que retire da Ordem do Dia este projeto, para que possamos debatê-lo, no mínimo, durante um ou dois dias. Se não for possível retirá-lo, a nossa bancada vota contrária a esse projeto.

Aí vão perguntar aos Deputados: mas vocês são contra? Ele é inconstitucional? Quando a constitucionalidade, não podemos dizer se é ou não. Quanto ao mérito, que é votação até de amanhã, se é que vai até amanhã, poderíamos adiantar que somos também contrários. Mas, quanto a constitucionalidade, é impossível se fazer qualquer afirmação, que é a análise de hoje.

Agora, quando ao mérito, nos colocamos contrários, porque é uma empresa eficiente, lucrativa, com bons técnicos e está sendo privatizada.

Acho que se olharmos a Ordem do Dia de hoje, na íntegra, no global, vamos observar que todos, ou quase todos os temas, ou a maioria, versa sobre as questões financeiras.

A questão do BANESTADO, da SANEPAR, o que se chama "raspa de tacho", o que vem confirmar a as matérias publicadas na Revista Veja, na Gazeta Mercantil, na Imprensa Nacional, que o Estado está falido e precisa de socorro urgente.

Votar esse tipo de matéria com urgência, só leva-nos a dizer: realmente, o Estado está falido, precisa vender suas empresas para ser salvo. Realmente, o Estado está falido, porque tem que discutir a questão do BANESTADO.

Pedimos, então, que nos dê, no mínimo, 24 a 48 horas para discussão dessa matéria, senão nossa votação é contrária.

Quero dizer que, extraordinário, é quando entra na pauta do dia, mas não como disse o Deputado Paulo Bernardes, nosso Deputado Federal, que nos visita hoje - aproveitando a oportunidade, para registrar a sua presença - e dizer que extraordinário é extraordinário mesmo. Vocês não entenderam o que é extraordinário, e até surpreendido pela extraordinariedade da matéria e do assunto que nos é pego de surpresa.

Então, a matéria que está tramitando, inclusive, entendemos sem nos dar o tempo de debate necessário.

Se não for possível retirar da pauta do dia, que é o mesmo apelo que

fez o Deputado Romanelli, votamos contrários, já desde hoje, está matéria.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Para Encaminhar) - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

As razões que nos motivam a vir à tribuna, neste encaminhamento e votação ao Projeto de Lei nº 740/97, dizem respeito às mesmas considerações já formalizadas pelo Deputado Luiz Claudio Romanelli e pelo Deputado Florisvaldo Fier.

É um assunto por demais importante e significativo, para que, num espaço de pouco mais de 3 horas, possamos receber a matéria, analisá-la na Comissão de Justiça e dar aprovação perante este Plenário.

E a preocupação nossa decorre já do que está escrito no artigo 1º deste projeto de lei, que diz: "fica o Poder Executivo autorizado, nos termos desta lei, a vender, dar em caução e/ou oferecer como garantia de operações de crédito, financiamentos e operações de qualquer natureza, ações que detenham na SANEPAR, observados os seguintes limites". Aí, assegura, evidentemente, o controle acionário, assegurando 51% do total de ações ordinárias, autorizando-se, conseqüentemente, a venda de um valor total de até 49%.

E no item 2, outra coisa que nos preocupa, a venda da totalidade das ações emitidas em nome do Fundo de Desenvolvimento Econômico, o FDE.

Certamente, que ao vender estas ações do FDE, esses recursos irão ser alocados ao FDE, porque não dá outra destinação na omissão, evidentemente, entende-se que vai para o FDE. E aí vem a pergunta: o que fará o FDE com esses recursos oriundos da vendas das ações da SANEPAR? Será que vai utilizar esse recurso para pagar o seu compromisso com a Montadora Renault? Será que vai usar os recursos aportados ao FDE, fruto da venda das ações da SANEPAR, para honrar os seus compromissos com a Chrysler? Para honrar o compromisso que assumiu o FDE com diversas empresas estrangeiras? Será que vai acontecer isso? Não sabemos.

O artigo 2º é uma cópia, certamente, do artigo correspondente da lei aprovada por esta Casa, que autorizou a vendas das ações da COPEL e que diz: "na utilização dos recursos obtidos com a venda das ações da SANEPAR, deverão ser observadas as seguintes condições, de forma isolada ou cumulativa: aplicações em atividades produtivas, investimentos que gerem aumento efetivo da receita tributária do Esta-

do, geração de empregos, atração de capitais para investimentos no Estado, investimentos em infra-estrutura". São os mesmos cinco itens, de certa forma genéricos, e com aplicação ainda muito mais genérica, basta para isso que possamos fazer uma leitura do Diário Oficial, se não me falha a memória, de abril do corrente ano, que publicou a utilização dos recursos oriundos da venda das ações da COPEL e lá vamos encontrar que os recursos oriundos das vendas das ações da COPEL tiveram uma utilização, a mais esparada possível, a mais diversa possível, a ponto de encontrarmos em alguns itens, caminhos verdes do litoral, manutenção do Sistema Penitenciário do Estado, custeio do Sistema de Saúde, certamente compra de merthiolate, gaze, algodão... certamente que isso não representa, em nenhum momento, o respeito ao que disciplina o artigo que autorizou a venda das ações da COPEL.

Muito melhor estava quando a lei aprovada no Governo Roberto Requião, aprovada por esta Casa e sancionada pelo Governador Requião, estabelecia com clareza a destinação dos recursos. Seriam destinados recursos para a construção de 1.200 quilômetros de novas rodovias pavimentadas no Paraná. Seriam destinados para a construção de casas populares; seriam destinados para o término das obras da FERROESTE; seriam destinados para a ampliação do Porto de Paranaguá; e cerca de 700 milhões de dólares seriam destinados à construção da Usina de Salto Caxias.

E não esta situação que se apresenta na Lei da COPEL, e agora se oferece na lei de vendas das ações da SANEPAR, onde não sabemos como será utilizado o dinheiro, porque a maior prova de que não temos certeza onde vai ser utilizado o dinheiro é aquilo que já praticou o Governo em relação ao dinheiro obtido com a vendas das ações da COPEL.

Certamente que temos preocupações com a saúde financeira do Estado. Certamente que temos preocupações com o futuro do nosso Estado e certamente que gostaremos de ver este Estado caminhando com agilidade, gerando empregos e desenvolvendo a economia, mas fica aqui, mais uma vez, evidenciado que o Governo do Estado, que tanto acusou Requião e Osmar Dias, não dizia a verdade naquele momento, porque no parágrafo 1º do artigo 2º, diz que estes recursos poderão ser destinados a atender as contrapartidas de programas especiais e ao incremento da produtividade dos serviços públicos essenciais

nas áreas da saúde, segurança e educação.

Com certeza, quando se fala em contrapartidas e programas essenciais, certamente o Governo irá utilizar estes recursos, fruto da venda da SANEPAR, para dar garantias aos financiamentos que estavam sendo pleiteados no Senado Federal, e que nossos Senadores sempre diziam que careciam de maiores informações e de melhores argumentos, o poder público estadual, para provar realmente a sua efetiva condição financeira e econômica, para obter aqueles empréstimos.

Por estas razões, pelos motivos destes recursos poderem ser utilizados em financiamentos e operações de qualquer natureza, não sei que tipo de operações são estas, as "de qualquer natureza", por não saber a destinação dos recursos oriundos da venda da totalidade das ações do FDE, e pela forma genérica com que serão utilizados estes recursos, pela análise que fizemos da forma genérica como foram utilizados os recursos da venda da COPEL, é que nós, em nome do PMDB, estamos encaminhando de forma contrária à aprovação deste projeto.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (Para Encaminhar) - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Estamos recebendo, neste período extraordinário, projetos de extrema importância para o Paraná, não só pelo que contém, mas pelo grau de transformação e de ingerência que terá no patrimônio, no acervo patrimonial do Governo do Estado do Paraná.

O Deputado Pessuti, Deputado Romanelli e Deputado Rosinha teceram comentários da forma como está se encaminhando este processo. Da mesma forma, este Deputado, reconhece a necessidade de atualização, a necessidade de acompanhamento dos novos tempos, da questão econômica, da questão social, porém não é possível a esta Casa votar sem conhecimento, votar sem ter condições de discutir ou de receber, de parte da Liderança do Governo ou do próprio Governo, informações plausíveis que nos permitam votar com a consciência, e depois nos permita justificar este voto em qualquer oportunidade.

Esta é a consideração que faço com relação ao Projeto 740, que permite a venda, caução ou oferecimento em garantia das ações da SANEPAR, através de operações de crédito de qualquer natureza.

Amanhã, se o Estado tiver necessidade de colocar no balcão a aquisição de um terreno, lá vão os recursos deste projeto para custear a compra ou aquisição deste terreno.

A Assembléia, através desta autorização, concede ao Governo do Estado, liberdade ampla para a aplicação destes recursos. Ora, não é possível que não tenhamos condições de estabelecermos um critério de aplicação dos recursos, oriundo da desmobilização do Estado. É imperioso que isso aconteça, porque caso contrário, não teremos condições de fazermos o acompanhamento.

O Deputado Orlando Pessuti elencou há poucos instantes onde foram aplicados os recursos oriundos da venda das ações da COPEL, e estamos encaminhando, na mesma situação, quando diz o artigo 2º que ele já leu, volto a reprisar, ressalvadas aquelas destinações - atender as contrapartidas de programas especiais e incremento da produtividade dos serviços públicos. Qualquer tipo de custeio do Estado é um incremento dos serviços públicos. Amanhã, vamos ter a COPEL vendida para custear a manutenção do Estado.

Estamos autorizando na lei, porque não faz reticência, ela é muito clara, volto a ler, Srs. Deputados: "parágrafo 1º do artigo 2º - fica vedada a utilização dos recursos oriundos desta lei pelo Tesouro do Estado, na efetivação de despesas correntes" - até aí tudo correto - "ressalvadas aquelas destinadas a atender as contrapartidas de programas especiais e ao incremento da produtividade dos serviços públicos essenciais, na área de saúde, educação e segurança".

Amanhã, vamos estar vendo e assistindo recursos oriundos da venda das ações da SANEPAR, pagando o aluguel dos carros da Secretaria de Segurança Pública, porque é o incremento ao serviço de segurança pública.

É uma responsabilidade muito grande e o tempo que temos para fazer esta discussão e as informações que colhemos, não são suficientes, Sr. Presidente, não consta nem sequer da relação da mensagem o acompanhamento do número de ações da SANEPAR, não consta da Ordinária e nem das Preferenciais, não consta o valor patrimonial das ações.

Ora, estamos passando um cheque em branco, sem ter conhecimento de quanto vale um grupo de mil ações. Estamos colocando nas mãos do Governo, para que possa gastar, para que possa dispendar, para que possa cobrir des-

pesas de custeio e não questionamos. Esta é a questão que chamo a atenção.

Sei que nenhum de nós, amanhã, vai se sentir confortável para explicar o que fizemos, com a autorização que demos, para que pudesse ser gasto este dinheiro.

O Pessuti bem colocou aqui, corrobora as afirmações dos Senadores Roberto Requião e Osmar Dias, de que o Estado não tinha contrapartida para dar nos projetos pelos quais solicitava. E tenho certeza que essas explicações não foram repassadas à CAE e ao Senado, para que pudesse ser aprovado.

Esta é a grande indagação que o Senado fez ontem e que a Assembléia deverá fazer hoje.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação o projeto.

Deputados que aprovam, conservem-se como estão.

O SR. PÉRICLES MELLO (Pela Ordem) -

Sr. Presidente, tenho um requerimento sobre a mesa, pedindo adiamento por dia da votação desse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O projeto está na fase de votação. Não permite retirada.

Mas o 741/97, vou submeter a voto logo em seguida a retirada.

Deputados que aprovam, conservem-se como estão. **Aprovado.**

O SR. IRINEU COLOMBO (Pela Ordem) -

Registre-se o voto contrário da Bancada do Partidos dos Trabalhadores.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) -

Requeiro Verificação de Votação, Sr. Presidente.

(Pausa)

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) -

Trinta Srs. Deputados aprovam.

Srs. Deputados que rejeitam, queiram levantar-se.

Nove rejeitam.

Aprovado o projeto.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (Pela Ordem) - Sr. Presidente, queria que constasse nos Anais desta Casa que a

Bancada do PMDB, com exceção do Deputado Sâmis, votou contra a Projeto 740.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A

Mesa vai submeter a votos o requerimento do Deputado Péricles Mello,

solicitando a retirada por 24 horas, do Projeto de Lei 741/97 e 740/97.

Srs. Deputados que aprovam o requerimento, conservem-se como estão.

Rejeitado.

A Mesa anuncia a presença do Secretário da Fazenda, e antes de submeter os projetos aprovado aqui para 2ª discussão, vamos ter uma sabatina, que diz o Deputado Vanhoni, com o Secretário Giovani Gionedis.

ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 741/97, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 123/97, que autoriza o Poder Executivo a promover, nos valores e condições que especifica, o refinanciamento da dívida de responsabilidade do Governo do Estado. Visa, ainda, adotar outras providências. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.F..

PROJETO DE LEI Nº 741/97

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a promover o refinanciamento da dívida de responsabilidade do Governo do Estado, através dos dispositivos previstos na Lei 9496/97 até o montante de R\$ 1.460.000.000,00 (um bilhão, quatrocentos e sessenta milhões de reais).

Parágrafo Único - Do montante de que trata o "caput" deste artigo, corresponderá:

a) Refinanciamento da Dívida Mobiliária de até R\$ 475.000.000,00 (quatrocentos e setenta e cinco milhões de reais), valores em 30/11/97, nos termos do artigo 1º, item I da Lei 9496/97.

b) Refinanciamento da dívida do Fundo de Desenvolvimento Econômico - FDE, existente no Banco do Estado do Paraná S/A, que importa em até R\$ 575.000.000,00 (quinhentos e setenta e cinco milhões de reais) a valores de 30/11/97, nos termos do artigo 1º, item I da Lei 9496/97.

c) Aquisição de ativos de propriedade do Banco do Estado do Paraná S/A, referentes a créditos junto ao Fundo de Compensação de Variações Salariais - FCVS, Programa de Garantia da Atividade Agropecuária - PROAGRO e securitização das operações rurais, de até R\$ 410.000.000,00 (quatrocentos e dez milhões de reais).

Art. 2º - Fica o Poder Executivo autorizado a contratar financiamentos,

adquirir ativos e assumir passivos do Banco do Estado do Paraná S/A, até o valor de R\$ 840.000.000,00 (oitocentos e quarenta milhões de reais), através dos dispositivos previstos na Medida Provisória nº 1590-17, de 20 de novembro de 1997.

Parágrafo Único - Do montante de que trata o "caput" deste artigo, corresponderá:

a) Financiamento do saneamento do Banco do Estado do Paraná S/A, correspondente a 50% das necessidades, que importa em até R\$ 580.000.000,00 (quinhentos e oitenta milhões de reais).

b) Assunção de passivos do Banco do Estado do Paraná S/A, junto ao Banco do Brasil S/A e Caixa Econômica Federal, de até R\$ 260.000.000,00 (duzentos e sessenta milhões de reais), como contrapartida nos termos do artigo 7º, item II, da Medida Provisória nº 1590-17.

Art. 3º - Fica o Poder Executivo, sem prejuízo da manutenção de sua condição de acionista controlador do Banco do Estado do Paraná S/A, autorizado a alienar ações desta instituição e a não exercer seu direito de preferência na subscrição de ações que lhe cabe em futuros aumentos de capital, levados a efeito para viabilizar o saneamento do Banco do Estado do Paraná S/A.

Art. 4º - O artigo 3º da Lei nº 11.253 de 21 de dezembro de 1995, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 3º - O Estado do Paraná deterá sempre, no mínimo, 51% (cinquenta e um por cento) do total das ações ordinárias da Companhia Paranaense de Energia - COPEL".

Art. 5º - Fica o Poder Executivo autorizado a oferecer em caução e/ou garantia junto aos órgãos do Governo Federal, ações que detém na Companhia Paranaense de Energia - COPEL, até o limite de R\$ 350.000.000,00 (trezentos e cinquenta milhões de reais), visando o cumprimento do aumento de capital que fará em contrapartida, nos termos da Medida Provisória 1590-17, art. 7º, item III.

Art. 6º - Fica o Poder Executivo autorizado a proceder aumento de capital no Banco do Estado do Paraná S/A, até o valor de R\$ 1.200.000.000,00 (um bilhão e duzentos milhões de reais), em espécie e/ou assunção de dívidas.

Art. 7º - Para cumprimento do disposto na presente lei, fica o Poder

Executivo autorizado a abrir os créditos orçamentários necessários, utilizando como recursos as formas previstas no § 1º, do artigo 43 da Lei Federal 4320, de 17 de março de 1964.

Art. 8º - Para garantia das operações de que trata a presente lei, fica o Poder Executivo autorizado a oferecer as quotas-partes dos recursos que lhe forem transferidos pelo Governo da União, objeto do disposto nos artigos 155, 157 e 159, incisos I, alínea "a" e II, da Constituição Federal, observadas as suas vinculações.

Art. 9º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18.12.97.

(a) PODER EXECUTIVO

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 741/97

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, tem por objetivo autorizar o mesmo a promover, nos valores e condições que especifica, o refinanciamento da dívida de responsabilidade do Governo do Estado, e adota outras providências.

Chamada esta Comissão a se manifestar, com relação ao aspecto legal, constitucional e regimental, nada encontramos que impeça sua normal tramitação, vez que a matéria consulta plenamente aos superiores interesses públicos, havendo necessidade de refinanciamento da dívida mobiliária do Estado, refinanciamento da dívida do Fundo de Desenvolvimento Econômico junto ao BANESTADO (CDI RADEP, Carteira de Fomento, Venda da BANESTADO Reflorestadora ao FDE), financiamento do saneamento do Banco do Estado do Paraná S/A, aquisição de ativos de propriedade do Banco do Estado do Paraná S/A contra a União.

Assim, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 18.12.97.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

VALDIR ROSSONI - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 741/97

P A R E C E R:

O presente plano de lei, de autoria do Poder Executivo, oriundo da Mensagem Governamental nº 123/97, que autoriza o Poder Executivo a promover, nos valores e condições que especifica, o refinanciamento da dívida de responsabilidade do Governo do Estado, e adota outras providências.

Sobre a matéria já existe o pronunciamento favorável da Comissão de Constituição e Justiça.

Chamada a opinar, esta Comissão de Finanças, de acordo com o que preceitua o § 3º do art. 33 do Regimento Interno, conclui nada haver que possa impedir a normal tramitação desta proposição por esta Casa de Leis.

Diante do exposto, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 18.12.97.

(aa) ÉLIO RUSCH - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

Em votação.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Kury) - Para encaminhar a votação, Deputado Romanelli - a voz vibrante de Londrina!

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (Para Encaminhar) - Sr. Presidente e Srs. Deputados.

O Projeto 741 é a confissão da dificuldade terrível que passam as finanças públicas do Paraná. É certamente o Secretário da Fazenda poderá nos explicar como é que se chegou a um rombo deste tamanho no BANESTADO. Gostaria muito de poder ouvir, detalhadamente, como é que o BANESTADO chegou a uma situação igual a essa.

E há que se ressaltar que é verdade que talvez aqui, equivocadamente, pela falta absoluta de tempo de se poder analisar o projeto, que há duas matérias distintas com dois valores, que estão sendo votados aqui: um, se trata do refinanciamento da dívida de responsabilidade do Governo do Estado, no valor de 1 bilhão, 460 milhões; e o outro projeto é de contratar novos financiamentos, no valor de até 840 milhões.

Então, parece-me que nessa leitura que há duas matérias, dois valores que aqui chegam ao total de 2 bilhões e 300 milhões, pelo que pode se depreender da leitura do artigo 1º e do artigo 2º do Anteprojeto de Lei 741./

E outro, Sr. Presidente e Srs. Deputados, queria chamar a atenção, especialmente do Deputado Cezar Silvestri - não estou vendo o Deputado Cezar Silvestri aqui na minha alça de mira - mas o Deputado Cezar Silvestri foi um dos defensores de que a Companhia Paranaense de Energia - COPEL,

mantivesse 60% como margem de segurança.

E quero registrar aqui a posição do então Líder do Governo, Deputado Algaci Túlio, que era de se manter 60%, uma margem de muita segurança em relação ao controla acionário. Pois saibam os senhores, que no artigo 4º do projeto, reduz o percentual de 60% das ações ordinárias, para 51%. Naquela margem, Deputado Zuk, extremamente perigosa.

Se o Governo quer privatizar a COPEL, que o faça com coragem, não disfarçadamente.

Acho, Deputado Valdir Rossoni, se o Governador quer dinheiro, a COPEL vale mais ou menos, segundo os especialistas, 7 bilhões de reais, sendo que de propriedade do Governo, hoje, o valor é mais ou menos de 5 bilhões.

Ora, se vale 5 bilhões, muito mais do que fazer de forma disfarçada, o Governo tem que assumir publicamente a postura que amanhã ele terá que vender a COPEL, já que ele quer fazer dinheiro - 5 bilhões é o tamanho de um orçamento real, não esse de ficção que votamos aqui, como disse o nosso Deputado Anibal Khury, daquele orçamento absurdo de 13 bilhões que votamos aqui nesta Casa. 5 bilhões é o total da Receita Fiscal que o Estado tem durante um ano.

Penso que é desejável e é palavra de Vossa Excelência, que esta Casa não deixaria que o nosso Banco BANESTADO fosse privatizado. Acho que devemos correr riscos em relação aos ativos do Paraná, porque o pior de tudo seria perder o nosso Banco.

Esse conjunto de refinanciamentos que o Estado está fazendo, na minha avaliação, cerca de 2 bilhões e 300 milhões, ressaltando que eu esteja lendo de forma equivocada e até é possível, gostaria de ter uma explicação de como vai se processar, quanto vai custar para o Estado do Paraná, como é que vamos assumir e pagar esses débitos, e fundamentalmente, como é que o Estado do Paraná vai fazer daqui para a frente para tocar o Banco, com tantas condicionantes de ordens extremamente complexas - até porque o Banco vai divulgar nos próximos dias do prazo legal, um balanço com o maior prejuízo de sua história. O Banco tem um prejuízo terrível.

Há o artigo 3º - veja Sr. Presidente, envolve diretamente a sua palavra, diz o seguinte: "fica o Poder Executivo, sem prejuízo da manutenção da sua condição de acionista controlador do Banco do Estado do Paraná S/A, autorizado a alienar ações, vender

ações desta instituição e a não exercer o seu direito de preferência, na subscrição de ações que lhe cabe em futuros aumentos de capital, levados a efeito para viabilizar o saneamento do Banco do Estado do Paraná". Ou seja, estamos assinando um ato, que deve ser uma imposição do Banco Central, que garante a privatização do Banco do Estado, única e exclusivamente, por mecanismos de mercado do valor acionário de aumento de capital. Creio que esse deve ser um ponto essencialmente discutido para que possamos entendê-lo.

Sr. Presidente, certamente a presença do Secretário da Fazenda, Giovanni Gionédís, poderá esclarecer a esta Casa as dúvidas que temos aqui, e quiçá, é claro, que mesmo questionando essa situação a que chegou a nosso Banco, no nosso Governo. Obviamente não somos contra nem ao BANESTADO e nem ao Paraná. Estamos aqui, abertos e dispostos a sermos convencidos da medida correta que o Governo está tomando.

Muito obrigado.

O SR. ÂNGELO VANHONI - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Estamos votando, em 1ª discussão, o projeto que diz respeito ao saneamento do Banco do Estado do Paraná. É uma exposição de justificativas em relação a vários valores referentes a duas medidas provisórias que tratam do saneamento dos Estados, do sistema financeiro, a medida provisória 1540 e a 1590. E este projeto tem um alcance que pode trazer uma saúde financeira para o Banco público do Estado do Paraná.

No entanto, Sr. Presidente, acho que talvez, com as explicações do Secretário de Finanças, Sr. Giovanni Gionédís, algumas questões fiquem esclarecidas. Mas acho que precisaria um pouco mais de aprofundamento para que a Assembléia Legislativa tivesse pleno conhecimento do alcance que estas medidas trarão para o Banco do Estado, nos dias de hoje, e para o futuro dessa empresa, enquanto empresa pública do Estado do Paraná.

Me preocupa muito a forma como está redigido o artigo 3º do projeto de lei, que diz o seguinte: "fica o Poder Executivo, sem prejuízo da manutenção de sua condição de acionista controlador do Banco do Estado do Paraná, autorizado a alienar ações dessa instituição e a não exercer o seu direito de preferência na subscrição de ações que lhe cabem em futuros aumentos de capital, levados a efeito para

viabilizar o saneamento do Banco do Estado do Paraná".

Em que pese a propalada intenção do Governo do Estado em não privatizar o Banco do Estado do Paraná e esta garantia que, pelo menos alguns detentores do poder, no Palácio Iguaçu, têm apregoado que o Banco do Estado do Paraná não será privatizado, está se optando por uma postura de saneamento, tenho algumas dúvidas que gostaria de ver esclarecidas.

A minha proposta, Sr. Presidente, é que mesmo hoje, ouvindo o Secretário de Finanças, que possamos, amanhã, pela manhã, isso poderá ser feito na sala da Presidência ou na Liderança do Governo, mas que os técnicos do Banco do Estado do Paraná, que ao longo dos últimos 5 meses, estiveram, por determinação da Secretaria das Finanças, discutindo junto ao Banco Central, minúcias e minúcias, problemas e problemas, alternativas e alternativas em relação ao Banco do Estado do Paraná, que eles pudessem estar aqui na Assembleia. Porque na verdade eles foram os articuladores desta proposta que está sendo encaminhada à Assembleia Legislativa.

Então, numa discussão um pouco mais tranqüila, que eles pudessem trazer os esclarecimentos do que isso repercute para uma empresa, porque muitas vezes, a maioria de nós não tem conhecimento do impacto e do que significa a negociação tão ampla como está colocada em relação a este projeto de lei.

Então, Sr. Presidente, peço para encaminhar a votação, mesmo após a votação em 1ª discussão, pedindo a compreensão da importância da matéria em discussão, e queremos depois das explicações do Secretário, que fará uma explicação aqui em Plenário, deveremos ter algumas dúvidas esclarecidas, mas que nos fosse possível votar em 2ª discussão, amanhã, no período da tarde. No período da manhã, os técnicos do Banco do Estado que trabalharam neste documento, é uma equipe técnica que nos últimos 5 meses forjou essa documentação e essa negociação com o Banco Central, pudesse vir aqui e prestar alguns esclarecimentos para os Srs. Deputados.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação o projeto.

Aprovado.

Registro o voto contrário do Deputado José Maria.

A Mesa consulta os Srs. Deputados, há uma nova Sessão marcada para logo em seguida, se colocamos o projeto em 2ª discussão, não encerra a discussão e vota amanhã, e nessa 2ª discussão vamos ouvir o Secretário da Fazenda.

A Mesa não encerra a discussão e não vota hoje a matéria. Acho que é uma solução. Os Srs. Líderes se manifestam favoráveis.

O SR. JOSÉ TAVARES - Sr. Presidente, apenas para fazer um registro da presença, no nosso meio, do Prefeito de Astorga, Sr. João Zampiere, que está aqui na Capital, tratando de vários assuntos de interesse do seu município. Está acompanhado do seu assessor, Sr. Valmir. Nos honra muito as suas presenças.

Era esse registro que gostaríamos de fazer, Sr. Presidente.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) -

Queria apenas registrar o voto contrário da Bancada do PMDB ao Projeto 741, pela falta de esclarecimentos e informações que não obtivemos até o presente instante.

Em todos os momentos, Vossa Excelência é testemunha disso, já participamos, inclusive, de reuniões a esse respeito, em todos os momentos, não só nós, mas a Bancada do PMDB se colocou favorável ao BANESTADO e ao saneamento dessa importante instituição financeira. Mas a forma como o projeto chegou até nós, como foi encaminhado até agora, dá para observar que o Líder do Governo sequer fez um pronunciamento para tentar esclarecer ao Plenário, daquilo que estamos votando. Apesar dos apelos formulados pelos Deputados que encaminharam a votação e que pertencem ao Bloco das Oposições.

Então, por esse motivo, votamos contrário ao Projeto de Lei nº 741, anunciado por Vossa Excelência.

O SR. IRINEU COLOMBO (Pela Ordem) -

Sr. Presidente, gostaria de registrar a presença, em nosso meio, do Deputado Federal Nedson Miguelete, que se encontra nesta Casa, desejando nossas boas vindas a esse brilhante Deputado da nossa Câmara Federal.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Devidamente registrado.

O SR. DR. ROSINHA - Sr. Presidente, em razão do projeto de lei que acabamos de votar, a posição que este Deputado assumiu em nome da Bancada na

Comissão de Constituição e Justiça, foi de votar contrário, porque não conhecemos o projeto na íntegra e não teve debate.

Essa nossa Bancada não tem posição contra quando diz respeito ao mérito. Por isso, desejamos um debate bom com o Sr. Secretário, e solicitamos que adie para amanhã.

Então, o nosso voto na C.C.J., bem como neste Plenário, é registrado contrário, em função do inteiro desconhecimento do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sobre a mesa, Requerimento nº 3327, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, convocando uma Sessão Extraordinária para discussão do problema do BANESTADO, sem encerrar a discussão e sem votação na Sessão de hoje, mas com a presença do Secretário da Fazenda, na Sessão a seguir, para que ele possa explicar o que os Srs. Deputados têm dúvidas, e a seguinte

ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 738, 739, 740 e 741/97.

Levanta-se a sessão.